RELATÓRIO FINAL

GT MAPEAMENTO

5ª Conferência Estadual de Cultura RS 2020

Coordenação do GT MAPEAMENTO
Simone Luz Ferreira Constante
Gabriela Gonçalves da Rosa Ferreira
Cristiano Max Pereira Pinheiro

RIO GRANDE DO SUL
DEZEMBRO 2020

NOMINATA GT MAPEAMENTO (AGOSTO – DEZEMBRO 2020)

Representantes da Sedac

Alexandre Vargas / Vinicius Vieira
Cristiano Max Pereira Pinheiro
Marcela Maciel
Maria Fonseca Falkembach

Representantes dos Colegiados Setoriais do RS

Álvaro Fraga Moreira Benevenuto Jr.
Antônio Carlos Pereira Machado
Gabriela Gonçalves da Rosa Ferreira
Leandro Silva / Plínio Mosca
Neila Baldi
Simone Luz Ferreira Constante

Representantes do Comitê Cultura Viva / Pontos de Cultura do RS

Dirce Maria Orth
Eloidemar Guilherme
Eugênio Barboza
Paola Mallmann de Oliveira

Representantes do Codic/FAMURS

Duclerc João da Silva
João Timótheo Machado
Maristella Wetter
Priscila Nunes / William Szulczewski
Rosa Maria Panatieri
Rudinei Domingues
Sabrina Pereira de Freitas
Sérgio Corrêa Thaís Bedin França

Representantes do Conselho Estadual de Cultura do RS

Aline Rosa
Jeanice Dias Ramos
Léo Francisco Ribeiro de Souza
Lisete Bertotto Correa

Autores do Relatório:

Álvaro Fraga Moreira Benevenuto Jr.
Cristiano Max Pereira Pinheiro
Dirce Maria Orth
Duclerc João da Silva
Gabriela Gonçalves da Rosa Ferreira
Léo Francisco Ribeiro de Souza
Lisete Bertotto Correa
Marcela Alvares Maciel
Maria Fonseca Falkembach
Neila Baldi
Simone Luz Ferreira Constante

Parceria:

Observatório Cultural: impactos da pandemia Covid-19 no setor cultural gaúcho (UFFS)

Adriana Donato dos Reis
Adriana Salete Loss
Alexandre Vargas
Bruno Prina
Eloá Ferreira do Carmo
Cristiano Max
Jorge Valdair Psidonik
Luis Fernando Santos Correa da Silva
Marcela Alvares Maciel
Moisés Waismann
Neidmar Roger Charão Alves
Simone Luz Ferreira Constante

O QUE FOI A CONFERÊNCIA?

A 5ª Conferência Estadual de Cultura já estava programada para acontecer em 2020, entretanto por motivos de pandemia e sanção da Lei Aldir Blanc sua data foi modificada. Com um total de três ciclos de trabalho on-line, realizados pela página do Facebook da Sedac (facebook.com/rs.sedac), com transmissão em rede pela TVE (canal 7.1) e rádio FM Cultura (107.7).

Ciclo I - Articulação e Pactuação

Incentivar os municípios a acessarem os recursos, qualificar a operação e regulamentação junto ao estado e municípios, além de incentivar e ampliar a participação da sociedade civil nesse processo. Enquanto isso, a comissão organizadora irá pactuar junto aos grupos de trabalho e às instâncias do Sistema Estadual de Cultura as pautas para deliberação.

Ciclo II - Acompanhamento e Repercursão

Fornecer suporte, com intuito de consolidar a utilização, na íntegra, dos recursos destinados aos municípios.

Ciclo III - Avaliação dos Resultados

Avaliar os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelos ciclos I e II, após aplicação dos recursos.

PARTICIPAÇÃO DE TODA SOCIEDADE

Com o novo formato da conferência pelo Facebook, a participação da sociedade foi um grande diferencial na questão de comentários e visualizações das lives. Em todas elas os participantes respondiam questionamentos que foram colocados no chat da conferência, e através dos mediadores a seleção de perguntas era mais organizada. Além disso, também foram realizadas lives específicas somente para dúvidas que ainda não tinham sido sanadas.

TEMÁTICA E CONVIDADOS DO PRIMEIRO CICLO DE DEBATES

O primeiro ciclo foi mediado pelo jornalista Newton Silva nas oito lives. Os temas e participantes foram:

1º encontro:

Tema: Operação e Regulamentação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc

Participantes: Beatriz Araujo, Evandro Soares e Chris Ramirez.

Para assistir esse encontro leia o QR Code acima

2º encontro:

Tema: A constituição e o papel do Comitê de Política Cultural

Participantes: Daniele Canedo e Airton Ortiz.

Para assistir esse encontro leia o QR Code acima

3º encontro:

Tema: Busca ativa e conjunta com entidades e movimentos sociais

Participantes: Pedro Vasconcellos, Andréia Becker e André kryszczun.

Para assistir esse encontro leia o QR Code acima

4º encontro:

Tema: Visibilidade e descentralização

Participantes: Leandro Anton, Marcio Caires e Marta Nunes.

Para assistir esse encontro leia o QR Code acima

5º encontro:

Tema: Fundo de Cultura

Participantes: Rafael Balle e Cláudia Pedrozo.

Para assistir esse encontro leia o QR Code acima

6º encontro:

Tema: Fiscalização e Plano de Cultura

Participantes: Neidmar Alves, Rafael Passos e Marcelo Seixas.

Para assistir esse encontro leia o QR Code acima

7º encontro:

Tema: Transversalidade e demandas setoriais
Participantes: Marlise Machado, Rafa Rafuagi e Mário Mazzilli.

Para assistir esse encontro leia o QR Code acima

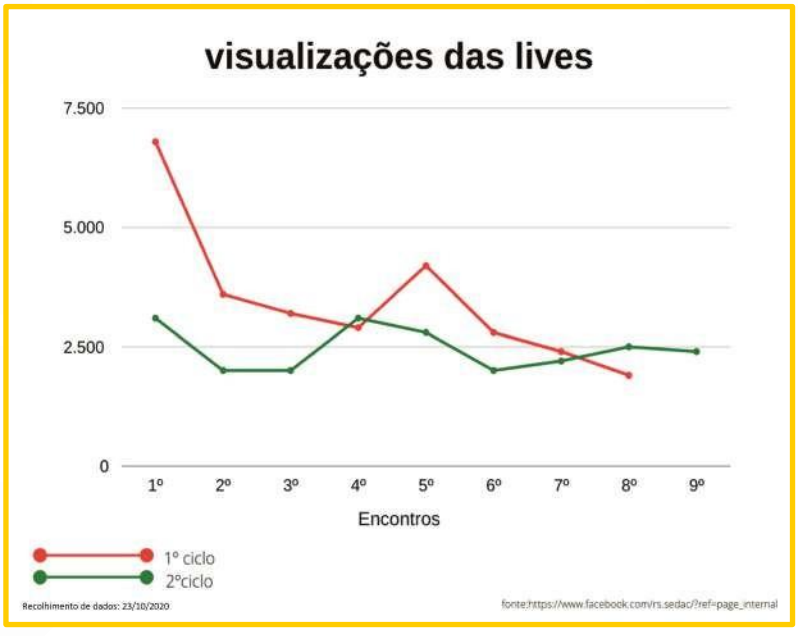
8º encontro:

Tema: Políticas Inclusivas e Afirmativas
Participantes: Mãe Carmen de Oxalá, Fernanda Kaingáng e Marcos Rocha

Para assistir esse encontro leia o QR Code acima

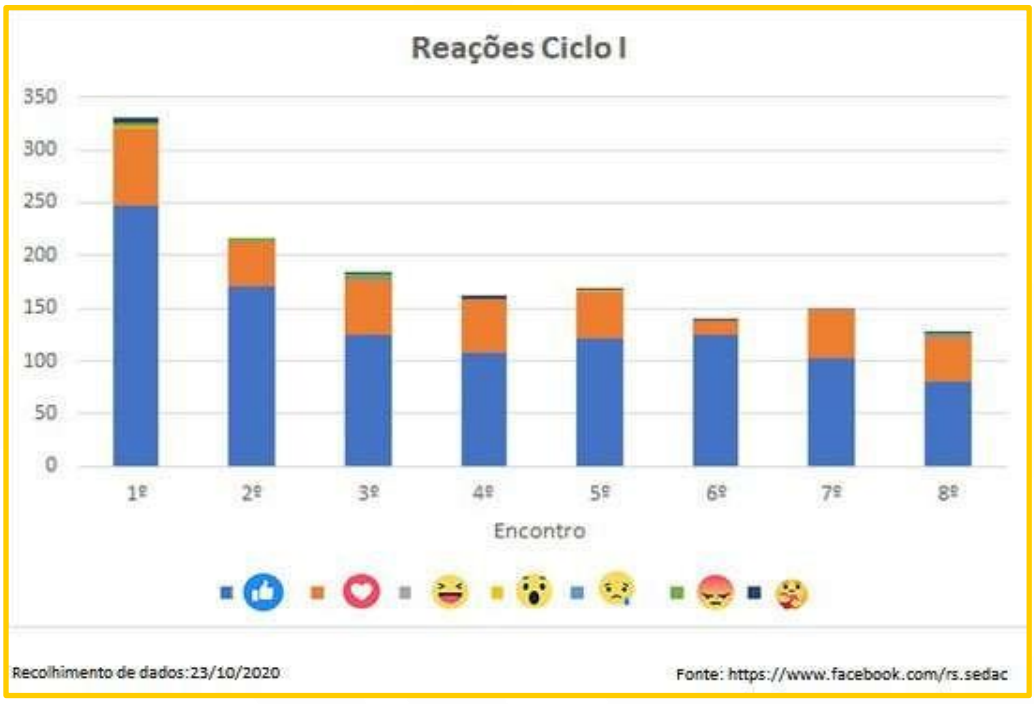
VISUALIZAÇÕES

O gráfico abaixo indica o número de visualizações das oito lives do primeiro ciclo (verde) e do segundo ciclo (vermelho). Os dados foram retirados da página do Facebook da Sedac.



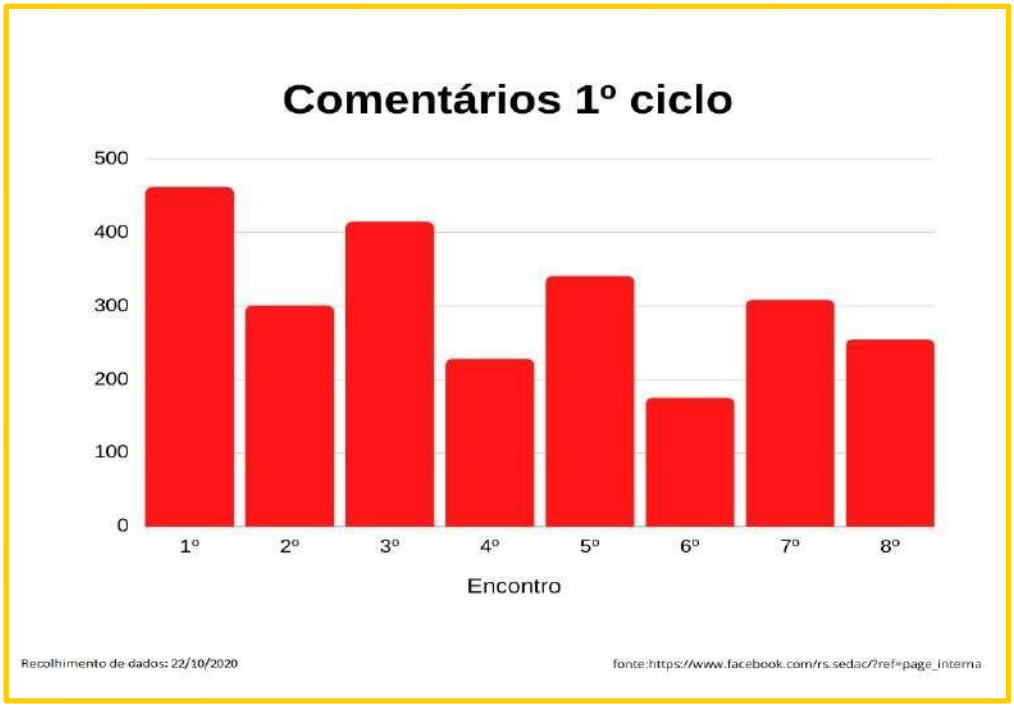
REAÇÕES

O Facebook dá a possibilidade de reagir à live com emotions. Essas reações podem ser colocadas somente uma por pessoa e seus significados são: curtir, amei, haha, ual, triste, grr e força. No gráfico abaixo, estão indicados o número dessas reações por encontro.



COMENTÁRIOS

O gráfico abaixo indica o número de comentários das oito lives do primeiro ciclo, quanto a participação da sociedade. Os dados foram retirados da página do Facebook da Sedac.



TEMÁTICAS E CONVIDADOS DO SEGUNDO CICLO DE DEBATES

O segundo ciclo de debates sobre a Lei Aldir Blanc teve início dia 08 de setembro de 2020 e contou com um total de 09 encontros com a mesma temática - “Lei Aldir Blanc na Prática” - sendo cada um direcionado à realidade de uma das regiões funcionais dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes).

1º encontro:

Direcionamento: Região Funcional9
(Norte/ Serra do Botucaraí/Alto Uruguai)
Participantes: Rafael Balle, Bernardo Grings, Luis Antonio Pereira, Adriana Bagatini e Leandro Anton
Mediação: Clarissa Lima e Flávia Biondo.

Para assistir esse encontro leia o QR Code acima

2º encontro:

Direcionamento: Região Funcional 8
(Central/Vale do Jaguari/Alto Jacuí)
Participantes: Beatriz Araujo, Rafael Balle, Aline Zilli, Alessandra da Motta, Maristela Wetter e Paulo Tavares.
Mediação: Clarissa Lima e Dinara Paixão.

Para assistir esse encontro leia o QR Code acima

3º encontro:

Direcionamento: Região Funcional 7
(Missões/ Noroeste)
Participantes: Beatriz Araújo,Terezinha Angst, Lélio da Silva, Lúcia Pires e Vera Silva.
Mediação: Carol Anchieta e Jacqueline Custódio.

Para assistir esse encontro leia o QR Code acima

4º encontro:

Direcionamento: Região Funcional 6 (Campanha/ Fronteira)
Participantes: Rafael Balle, Cássia Salgado, Paulo Leônidas, Vinicius Brito e Mestre Guto.
Mediação: Carol Anchieta e Gilcéia Souza.

Para assistir esse encontro leia o QR Code acima

5º encontro:

Direcionamento: Região Funcional 5 (Sul)
Participantes: Rafael Balle, Cintia Langie, Alexandre Brito, Joyce Reis e Paola Mallmann.
Mediação: Clarissa Lima e Daniel Amaro.

Para assistir esse encontro leia o QR Code acima

6º encontro:

Direcionamento: região runcional 4, Litoral
Participantes:Rafael Balle, Iosvaldyr Bittencourt Jr., Paulo Leônidas, Adriana Sperandir, Mestre Ivan Therra.
Mediação: Carol Anchieta e San Lopez

Para ver esse encontro scanei o QR Code

7º encontro:

Direcionamento: Região Funcional 3
(Campos de Cima da Serra/ Serra / Hortências)
Participantes:Rafael Balle, Edson Possamai, Leandro Dóro, Evandro Soares, Dirce Orth.
Mediação: Clarissa Lima e Cristina Calcagnotto.

Para assistir esse encontro leia o QR Code acima

8º encontro:

Direcionamento: Região Funcional 2
(Vale do Rio Pardo/ Vale do Taquari)
Participantes: Rafael Balle, Henrique Lahude, Michele Rolim, Adriano dos Santos e Marta Nunes.
Mediação: Clarissa Lima e Sônia Luz.

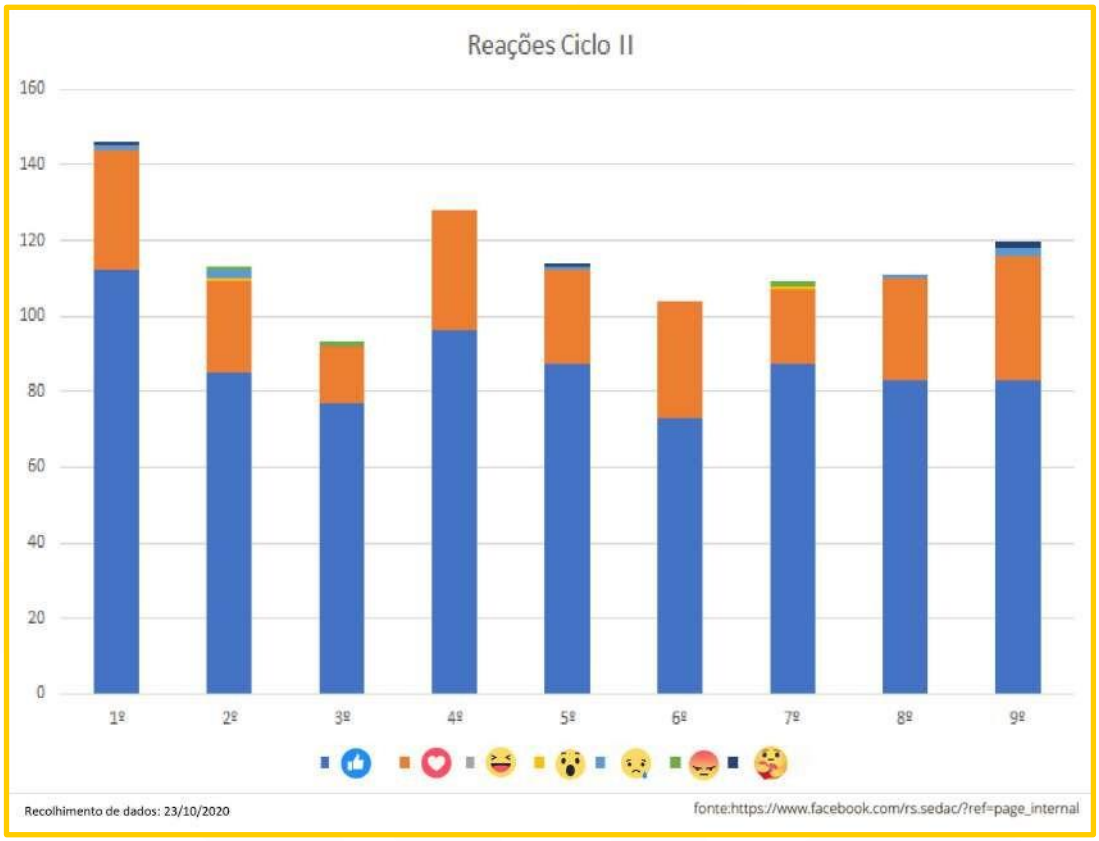
Para assistir esse encontro leia o QR Code acima

9º encontro:

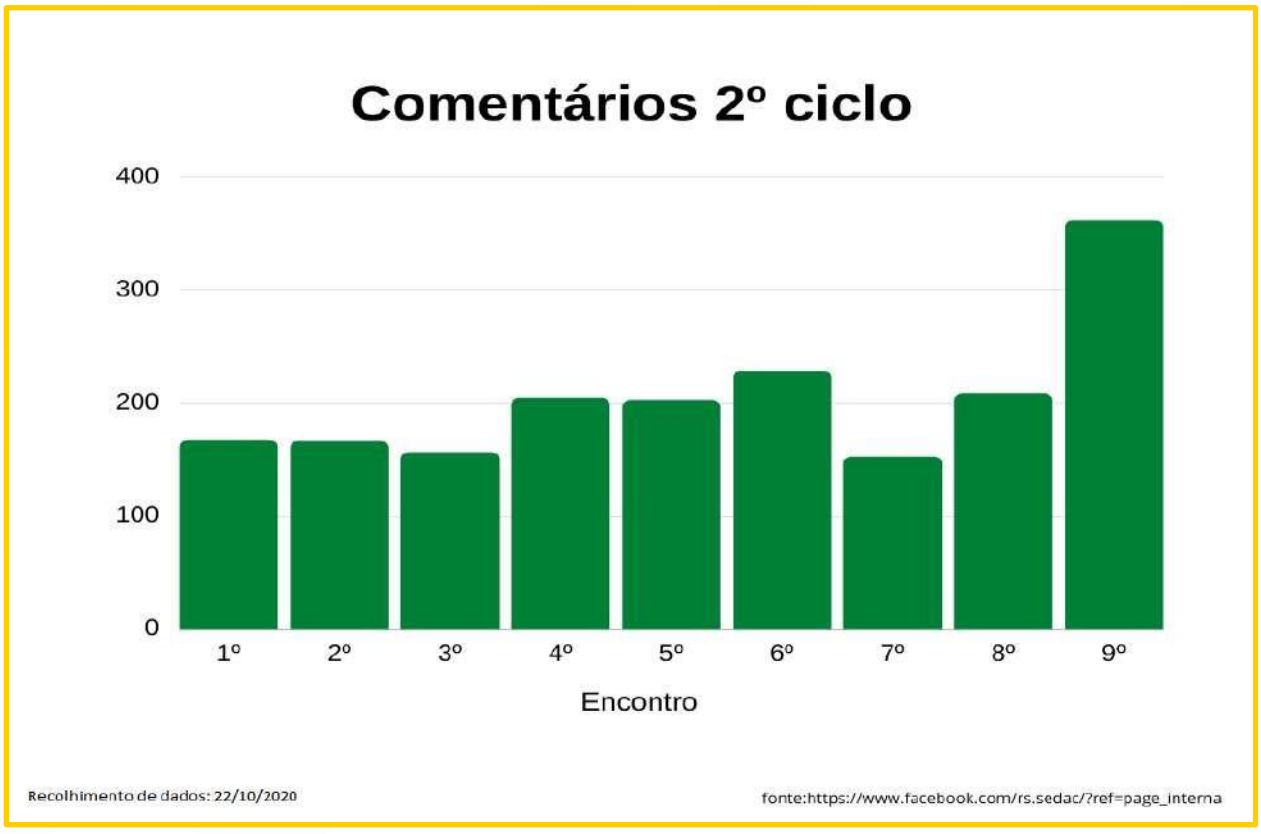
Direcionamento: Região Funcional 1
(Centro-Sul/ Região Metropolitana)
Participantes: Rafael Balle, Joel Santana, Patrícia Mello, Cláudia Mara Borges, Mãe Carmen de Oxalá.
Mediação: Carol Anchieta e Rodrigo Marquez.

Para assistir esse encontro leia o QR Code acima

REAÇÕES

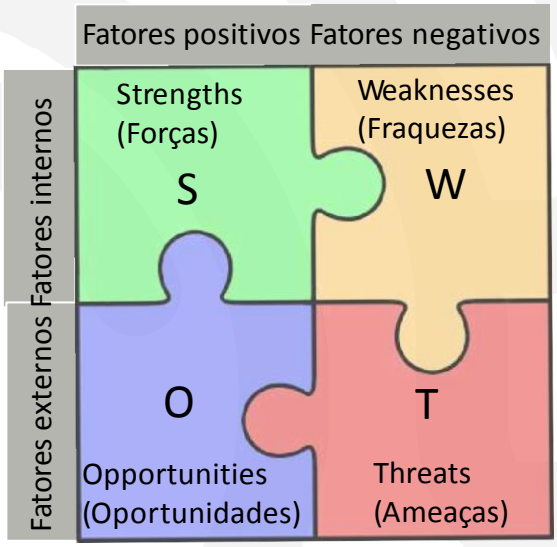


COMENTÁRIOS



CICLO III - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Ao avaliar os resultados obtidos pela Conferência optou-se pela ferramenta de análise da Matriz Swot, cujo termo é derivado do inglês, e "Swot" é o acrônomio para "Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats“. Ao ser traduzido para o português temos "Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças". Essa ferramenta analisa o planejamento estratégico e futuras mudanças, neste caso aplicada à Conferencia Estadual de Cultura em seu formato remoto e online.



Nas páginas seguintes estão a Matriz Swot referente à 5ª Conferência Estadual de Cultura e ao Mapa LAB, consecutivamente.

Forças

- Mobilização e formação de gestores municipais em relação à política cultural
- Compreensão do processo de gestão da cultura
- Número de mesas e diversidade de assuntos
- Instrumentalizar artistas, gestores e conselheiros de cultura
- Grupos de trabalho como gestão de conhecimento
- Colegiados com representação de diferentes localizações
- Possibilidade de participação de todos os municípios, acesso amplo
- Comunidade alojada em distintos territórios

Fraquezas

- Queda de audiência contínua com o tempo
- Inscrição em outros GTs para olhar os debates foi infrutífero
- Participação social reduzida aos grupos com acesso à tecnologia
- Burocratização afastou muitos fazedores de cultura
- Bastante participação, mas pouca efetividade
- Formato online não foi democrático e acessível para plena participação popular
- Pouca divulgação para os artistas
- Falta de diversificação das dinâmicas
- Equipe técnica insuficiente para tanto trabalho
- Conexões frágeis no interior. Falta de infraestrutura para os fazedores de cultura
- Dificuldade da verba chegar na ponta
- Dificuldade de operacionalizar a consulta popular
- Rotatividade de participantes dos GTs e abertura das reuniões para o público

Oportunidades

CONFERÊNCIA

Mobilização ampla nos municípios
Ampliação das parcerias com Universidades
Participação de representantes dos distintos segmentos e de territórios diferentes
Reforçar a proposta da PEC 421 (vinculação de recursos para cultura)
Preparar mais pessoas técnicas para compreender a burocracia
Criação do banco de pareceristas técnicos remunerados para avaliação de editais
Sedac seguir com a busca ativa e manutenção do mapeamento feito pelo Mapa LAB
Modos alternativos de organização burocrática

Favorece o interesse na implantação dos Sistemas Municipais de Cultura
Maior alcance dos públicos de interesse
Qualificação empreendedora do setor cultural
Possibilidade de um novo momento para a política cultural: descentralização de recursos
Investir na construção de bancos de dados e Sistemas de Indicadores
Articulação e mobilização do setor cultural
A comunidade cultural se ver como um todo

Ameaças

Falta de acesso aos canais de comunicação
Mudança de gestão nos municípios durante a pandemia
Distanciamento de bases
Ausência histórica de indicadores culturais
Gestores municipais sem formação em cultura
Exclusão digital de público-alvo (pandemia)
Excesso de trabalho

Dicotomia entre Poder Público x Sociedade Civil nas deliberações para as políticas públicas de Estado para a cultura
Distanciamento social e impessoalidade
Momento frágil de desestabilização e precariedade, inclusive emocional
Falta de acessibilidade digital dificultou a chegada da informação e participação social no processo
Esgotamento das pessoas ativas nesses processos de representação dos setores culturais
Desconectar o criativo para dar espaço ao técnico burocrático

Forças

Mapa LAB

- Representatividade de respostas em termos populacionais
- Visão dos sistemas municipais de cultura
- Base de dados robusta
- Visualização de dados (cartografia)
- Primeira cartografia da cultura no Rio Grande do Sul

Fraquezas

Mapa LAB

- Baixa adesão do universo dos municípios
- Perguntas não obrigatórias
- Ênfase apenas no gestor público
- Falta de treinamento para responder ao questionário
- No esforço de divulgação houve exclusão dos municípios menores
- Ausência dos dados de operacionalização dos dados dos outros grupos de trabalho da Lei Aldir Blanc
- Falta de conhecimento para responder as perguntas
- Questionário demasiadamente extenso

Oportunidades

Mapa LAB

- Fortalecer o Observatório Cultural já estabelecido
- Gestores compreenderem melhor sua região, a partir dos dados obtidos pelo Mapa LAB
- Uso dos dados para a implementação de políticas públicas de cultura
- Produção de base de dados para um sistema de indicadores, outros estudos sobre políticas culturais, rastreio da cadeia de cultura
- Base de dados para a compreensão da Lei Aldir Blanc
- Análise dos não respondentes

Ameaças

Mapa LAB

- Dados do Mapa LAB não serem públicos
- Descontinuidade do banco de dados (troca de gestão)
- Falta de visibilidade e comunicação
- Sobrecarga de tarefas para os técnicos da cultura
- Período eleitoral durante o processo de coleta de respostas do Mapa LAB
- Descontinuidade das atividades do Observatório da UFFS após o término da Conferência

AVALIAÇÃO DA V CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA DO RS

A metodologia de construção dessa avaliação foi totalmente colaborativa, visto que foram definidos os tópicos/eixos de análise do processo da Conferência em reunião do GT Mapeamento, já no começo do Ciclo III, sendo apresentados e validados em reunião da Comissão Organizadora da mesma. Após essa validação, criou-se um documento na ferramenta Google Docs e todos os membros do GT puderam colaborar, sendo orientados pela Coordenação que deveriam debater com seus pares nos Colegiados Setoriais, Comitê Cultura Viva, CEC RS, Codic/FAMURS e Sedac, e somente depois dessa análise consensual preencher o documento com as contribuições em cada um dos eixos avaliativos. Ao longo desse processo, que perdurou aproximadamente cinco semanas, todos tiveram amplo prazo para ler, complementar e validar os tópicos respondidos. Feito isso, a Coordenação do GT fez a compilação em um texto único, assinado pelo GT Mapeamento, disponibilizando-o para validação final do grupo. Após esta aprovação, o documento será entregue à Sedac RS e apresentado em reunião da Comissão Organizadora.

Destaca-se o amplo engajamento de alguns colegiados setoriais nessa análise, os quais mantiveram-se ativos até o final dos trabalhos do GT, como é o caso do Colegiado dos Museus, Colegiado da Dança, Colegiado do Audiovisual, Colegiado do Teatro e Colegiado da Diversidade Linguística. Também destaca-se a participação de representantes do Comitê Cultura Viva e do Conselho Estadual de Cultura do RS, embora tenha sido difícil compilar uma avaliação de consenso com seus pares. Quanto às contribuições dos representantes da Sedac, foram realizadas entrevistas com alguns servidores envolvidos no processo da Conferência e Lei Aldir Blanc, as quais foram transcritas e inseridas em cada eixo avaliativo.

Por fim, é importante salientar que poucos membros representantes do Codic tenham se mantido ativos até o final dos encontros do GT e não foi possível organizar uma avaliação conjunta com os pares dirigentes municipais de cultura, ou seja, não obtivemos uma análise oficial do colegiado como contribuição ao processo. Deste modo, lamenta-se não ter havido uma manifestação formal e oficial dos gestores municipais de cultura quanto a sua avaliação deste processo, considerados agentes de extrema importância em todo o processo da Conferência, desde a execução da Lei Aldir Blanc, até o engajamento com a ferramenta e resposta ao Mapa Lab RS. Mas registra-se que houve manifestações verbais, individuais e pessoais de alguns representantes do Codic que se mantiveram assíduos e participantes efetivos no processo.

1 - Quanto ao formato da conferência:

Os coletivos que representaram a sociedade civil no GT Mapeamento (Colegiados Setoriais, CEC R, e Comitê Cultura Viva) deliberaram que o formato virtual desta conferência, realizada de forma extraordinária, foi o possível diante deste contexto de pandemia, porém há questões a serem reavaliadas e melhorias a serem feitas para as próximas edições, sobretudo se considerado que há prevista uma edição em 2021 e que, possivelmente, ainda será realizada no formato virtual ou híbrido (presencial e transmissão on-line).

Quanto à edição de 2020, por ter sido uma conferência realizada integralmente no âmbito virtual, se esperava que houvesse muitos impeditivos para a ampla participação popular, o que se comprovou ao longo dos três ciclos. Em um momento de pandemia, considera-se que foi uma solução viável, no entanto, o formato como foi organizada não se configura como um ganho devido à baixa participação e falta de articulação entre os agentes que participaram.

Avalia-se que a plataforma proposta pela Sedac RS não funcionou como o esperado, visto que durante as webconferências as pessoas assistiram apenas pelas redes sociais e poucas de fato ingressaram nas salas de reunião para uma interação mais efetiva. Por haver duas plataformas simultâneas, as pessoas que se comunicavam pelos dois chats paralelos (Facebook e Cisco Webex) não conseguiam ser vistas e interagir simultaneamente, dificultando deliberações e diálogo efetivo com os painelistas/convidados das webconferências. Entende-se ser necessária uma melhor qualificação tecnológica das plataformas digitais, além de maior fluência de uso, tanto para a modalidade estritamente on-line, quanto para uma possível versão híbrida. Nesse sentido, os temas centrais da Conferência devem ser resguardados ante a possibilidade de “sequestros de pauta”, pois novas demandas emergenciais podem surgir, mesmo tendo sido executada a Lei Aldir Blanc.

Também identifica-se uma comunicação insuficiente entre gestores e sociedade civil, pois uma transparência de todo o processo e uma comunicação explícita, detalhada sobre todos os pontos problemáticos, poderia garantir a deliberação de forma democrática. Faltou entender que os agentes da cultura também têm responsabilidades e respeitam as questões administrativas e jurídicas. Em certo aspecto, os gestores subestimaram os agentes da cultura e artistas, além de ter se percebido, em alguns momentos, falta de empatia para compreender que os trabalhadores e trabalhadoras da cultura estão em situação altamente fragilizada e de real urgência no repasse destes recursos. Quanto ao receio dos gestores em tratar de uma ação sem a real experiência anterior para modular o processo, toda a classe trabalhadora da cultura compartilha do receio de que a lei não seja devidamente aplicada e que isso seja impeditivo para a plena implementação do Sistema Nacional de Cultura no país.

É inegável que a Conferência se constituiu como um processo de formação de gestores municipais, muitos que até então nunca haviam buscado conhecer o Sistema Nacional de Cultura, ou desconheciam a diversidade da cultura e de agentes culturais de seus municípios. Quanto à articulação e engajamento, identifica-se que os trabalhadores e trabalhadoras da cultura puderam se fortalecer enquanto coletivo, mesmo que de forma paralela à conferência. Por fim, questiona-se qual o real alcance social destas plataformas e solicita-se à Sedac que disponibilize esses dados, bem como informações relativas à participação popular nas quatro edições anteriores e presenciais, para repassar aos GTs.

Quanto aos representantes e trabalhadores da Sedac RS, a avaliação foi positiva, no sentido de que a conferência cumpriu o seu papel, propiciando comunicação entre gestores e sociedade civil. Porém estão de acordo que o formato em videoconferência dificultou o debate, no sentido de uma “relação orgânica de raciocínio, de discussão, de avanços”. Mas, dentro das circunstâncias, conclui-se que foi o caminho possível.

No que tange ao seu propósito, avalia que, embora a Lei Aldir Blanc não vise se consolidar como política pública, por ser uma ação emergencial, a Secretaria de Cultura do Estado deveria chamar uma conferência extraordinária, tendo como pauta única a execução da Lei Aldir Blanc, por considerar que a conferência é a instância máxima do Sistema Estadual de Cultura. Deste modo, somente em uma conferência seria possível fazer a validação da política cultural do estado, principalmente por ser uma instância democrática (que envolve os colegiados setoriais, conselho estadual de cultura, comissão bipartite - gestores dos municípios - e SEDAC). Diante do caráter emergencial, o formato da conferência foi criado e estruturado durante o processo, sem tempo de elaboração, ocasionando problemas que foram sendo identificados ao longo do caminho.

A Sedac RS avalia que o primeiro ciclo foi importante para a discussão e compreensão da lei e suas especificidades (abrangência, população alvo, reconhecimento dos agentes da cultura, por exemplo), a partir de diferentes perspectivas, e para apontar as possibilidades de sua execução, dentro do contexto. O formato da conferência estabeleceu uma dinâmica que se configurou mais como um espaço em que os diferentes grupos buscaram sua visibilidade, mostrar sua existência, do que uma construção coletiva em si. Por outro lado, a visibilidade das diferenças foi significativa, porque o espaço estava aberto para as tantas representações que exerceram seus papéis, apresentaram as defesas de suas perspectivas. Nesse sentido, a Conferência trouxe fortalecimento dos Colegiados Setoriais.

A criação dos grupos de trabalho consultivos propiciou participação e um debate mais aprofundado, porém pecou em não ter caráter deliberativo de fato, como presume uma conferência pública. Quanto à ausência de caráter deliberativo dos GTs ou outras instâncias desta Conferência, os representantes da Sedac RS justificam que haveria riscos administrativos e a responsabilidade do gestor para uma operação inédita de transferência de recursos. Havia receio por parte dos gestores de que a Conferência pudesse deliberar ações e pontos que gerassem problemas na prestação de contas da gestão pública e ações de improbidade administrativa. Por isso, a necessidade do gestor criar as condições e as regras para a execução dos recursos. Por outro lado, aponta que poderia ter sido criado um comitê deliberativo a partir de “um filtro” administrativo e jurídico. Poderia ter sido criado um grupo de trabalho no campo jurídico, ampliado, para dar os subsídios necessários. Sendo assim, avalia que o corte deliberativo desta Conferência ficou na Comissão Organizadora, com representantes da SEDAC, dos Colegiados Setoriais, do Conselho Estadual de Cultura, FAMURS, CODIC e Rede Cultura Viva - numa disputa diária de cada uma das perspectivas.

Já o segundo ciclo possibilitou o envolvimento das pessoas através das diferentes regiões funcionais, explicitando a importância e a falta de um sistema de formação e qualificação dos agentes culturais em relação ao Sistema Estadual de Cultura, sob o risco desta falta de capacitação e expertise de operacionalização resultar na perda de parte dos recursos da lei Aldir Blanc. O ponto forte foi a aproximação com as universidades, o que trouxe a pesquisa para dentro da Conferência e a oportunizou a construção de importantes indicadores para a análise e construção de políticas públicas de cultura no Estado.

2 - Quanto ao alcance da participação social da Conferência:

De modo geral, o entendimento é de que este processo não foi de fato uma conferência pública, pois não se teve delegados, discussões, conversas entre os agentes, espaço de troca eficaz e deliberações. Inicialmente, a participação social era pretendida através do voto universal, porém ao ser excluído com a justificativa do pouco tempo para deliberação desta forma, a participação da sociedade civil foi prejudicada. Supõe-se que as deliberações da sociedade civil estariam contempladas nos GTs, que eram consultivos (mesmo papel dos colegiados, portanto) e na Comissão, que seria deliberativa. Porém na Comissão foi insistentemente colocada a impossibilidade de deliberação, sob pena dos delegados (representantes dos colegiados) não poderem ser beneficiados pela Lei.

Outro ponto que prejudicou a participação e controle social foi o caráter fechado das reuniões dos grupos de trabalho, pois se tivessem sido abertas e transmitidas ao vivo talvez houvesse maior engajamento nas pautas em desenvolvimento. Entende-se que não há desenho correto da dimensão de cada segmento cultural e há uma pré-definição quanto a priorizar o interior do RS e alguns segmentos entendidos como os mais fragilizados. O papel desempenhado não foi deliberativo, eventualmente foi consultivo. Não obstante, a fiscalização ainda pode ser feita pela sociedade civil, mesmo sabendo dos limites impostos, sobre os montantes finais aplicados da LABlanc e divulgação ampla dos recursos x aplicações x segmentos culturais x regiões do RS.

Também pondera-se que a participação social que uma lei como a Aldir Blanc implica é diferente da noção de participação que vinha sendo praticada. Nesse momento, não basta a participação social das pessoas que já estão incluídas no sistema (tanto dos trabalhadores da cultura como dos gestores), pois foi insuficiente. Por mais que o modelo de conferência pudesse gerar uma participação social maior, em função de ser realizado virtualmente, ainda não estamos preparados para uma Conferência nesse modelo. A dificuldade de participação de quem não está incluído neste universo digital, produz ainda mais exclusão. É justamente esse o ponto que gera o conceito de busca ativa.

Também se apostou nos dirigentes do CODIC e nas representações da FAMURS para o estabelecimento do diálogo efetivo com os municípios de todo o Estado, especialmente no que se refere à compreensão da importância de uma ferramenta como o Mapa Lab RS neste processo, porém esbarrou-se na falta de retorno e engajamento dos dirigentes municipais, revelando que a FAMURS não tem a capilaridade e inserção que se esperava.

O sentimento é de que as deliberações realizadas pelos grupos não foram acatadas em sua grande maioria pela Secretaria de Cultura, o que se reflete na baixa adesão, na falta de clareza dos editais no que diz respeito aos critérios, e na irresolução do acesso aos recursos disponíveis. O atraso em sistematizar o processo por parte do governo, a falta de interatividade e coletividade, influenciaram negativamente no andamento e conclusão dos objetivos da conferência.

A análise dos representantes da Sedac é de que já tinham ideia de que não seria possível atingir o estado como um todo, pois as instituições que representam a cultura não conseguiam isso normalmente, durante o ano, antes da pandemia. Em função disso, foi criada uma metodologia de busca ativa na tentativa de agregar o máximo de gestores municipais possível. Porém não se conseguiu chegar na busca ativa direta, e não foi possível atingir todas as pessoas. Foi possível uma busca indireta, através de mapeamentos já existentes, como por exemplo das comunidades quilombolas. Assim, identifica-se a busca ativa como ponto frágil da conferência, a qual não foi plenamente realizada.

Por outro lado, a Sedac considera que houve um alcance qualitativo, no sentido de envolver pessoas de uma nova geração, de diferentes regiões, com grande potencial de contribuição, de liderança e comprometimento com as ações de cultura. Ao final do processo da Lei, quando obtiver a porcentagem de recursos repassados, será possível ter ideia do alcance da conferência.

3 - Quanto ao aprofundamento dos debates nas webconferências:

Considera-se que o aprofundamento dos debates foi prejudicado pela falta dos indicadores sobre a cultura e seus agentes no Estado. Além disso, havia dificuldade do debate avançar por falta de sistematização dos temas e conclusões em cada um dos encontros. A sensação de repetição e retorno às mesmas questões pode ser um dos motivos do esvaziamento da Conferência ao longo dos ciclos. De modo geral, não se conseguiu debater em profundidade os assuntos abordados nas webconferências, aconteceram vários eventos com informações úteis esvaziados de público e, principalmente, sem engajar diversos agentes de cultura que estavam mais afastados do processo. Além disso, as sugestões propostas para melhoria e qualificação desses espaços, pelo que pudemos observar, não foram consideradas durante o processo, o que corroborou para o esvaziamento.

Na avaliação dos representantes da Sedac, o primeiro ciclo foi demasiado demonstrativo, enquanto o segundo ciclo teve mais interação e trouxe visibilidade para os pontos de cultura, culturas populares e para os territórios invisíveis. Porém, ao longo do tempo, a presença das pessoas foi diminuindo.

4 - Quanto às contribuições trazidas pelo GT Mapeamento na busca ativa e mapeamento da execução da LAB no RS:

As avaliações que o GT Mapeamento recebeu foram muito positivas, em diversas instâncias, sendo considerado um dos pontos fortes e potentes desta Conferência. Tanto o trabalho interno do grupo, quanto o externo foram conduzidos de maneira colaborativa, ética, profissional e com vistas a potencializar a gestão e viabilizar o controle social dos recursos da Lei Aldir Blanc. O principal produto construído coletivamente pelo GT, em parceria com a equipe do projeto “Observatório Cultural: impactos da pandemia Covid-19 no setor cultural gaúcho” foi a ferramenta Mapa Lab RS, tornando-se um importante mecanismo de acompanhamento e análise da

implementação da Lei Aldir Blanc junto aos 497 municípios do RS.

Avalia-se que o fato do GT Mapeamento, formado pelos diferentes agentes da cultura, ter sido concebido também com a tarefa de avaliar a conferência é um ponto positivo da conferência, pois garante que os documentos sobre o processo não sejam determinados por uma única perspectiva, geralmente a de governo. Espera-se que o trabalho de mapeamento e busca ativa seja continuado pela SEDAC para que os próximos editais e políticas públicas de cultura possam ser baseados em dados concretos de indicadores e diagnóstico da realidade estadual. Exemplo: Onde estão os artistas de cada setor? Quais as demandas? Temos que ter esses números organizados e conhecer nossos públicos, disponibilizando essa base de dados para acesso de todos os colegiados e CEC RS.

A análise dos representantes da Sedac RS é de que todos os GTs trouxeram grande contribuição, com debate forte da sociedade civil sobre os temas, ampliando as perspectivas. Ressalta a importância do GT Mapeamento e o acerto de agregar várias pessoas já envolvidas com atividades de pesquisa, o que conseguiu fazer um desenho do processo de execução da lei. A partir das ações desse GT foi possível um avanço real para a construção da política pública, devido ao seu olhar específico para o sistema de indicadores - que orienta as necessidades de formação e qualificação do setor.

5 - Quanto à avaliação da ferramenta Mapa Lab RS:

Ao avaliar o processo de construção, implementação e resultados dessa ferramenta de gestão e acompanhamento da Lei Aldir Blanc, foram identificadas como forças: a representatividade das respostas dos municípios em termos populacionais; uma visão geral dos sistemas municipais de cultura; construção de uma base de dados robusta para a gestão do Sistema Estadual de Cultura do RS; possibilidade de visualização de dados em formato de cartografia, sendo a primeira iniciativa de cartografia das políticas públicas de cultura no Rio Grande do Sul.

Quanto às fraquezas da ferramenta, foram elencadas: baixa adesão do universo dos municípios, já que apenas 156 responderam ao questionário nesta primeira fase; as perguntas não obrigatórias deixam campos em aberto que dificultam alguns comparativos; falta de conhecimento para responder às perguntas do questionário; o formulário ficou demasiadamente extenso; falta de treinamento para responder ao questionário; a ênfase foi apenas no gestor público como respondente, não havendo campos a serem preenchidos por outros agentes dos sistemas municipais, como conselheiros, artistas e demais trabalhadores da cultura locais; no esforço de divulgação houve menor ênfase nos municípios menores, dificultando o engajamento de um volume grande de cidades; ausência dos dados de operacionalização dos outros grupos de trabalho da Lei Aldir Blanc.

Quanto às oportunidades foram identificadas: o fortalecimento do Observatório Cultural já estabelecido para continuidade da pesquisa e acompanhamento da Lei Aldir Blanc no RS; produção de base de dados potente para consolidar o Sistema Unificado de Informações e Indicadores Culturais, previsto na estrutura do Sistema Estadual de Cultura; possibilidade de uso dos dados para a

implementação de políticas públicas de cultura, observando as especificidades de cada região do Estado; a ferramenta potencializará uma melhor compreensão dos gestores sobre sua região a partir dos dados obtidos pelo Mapa LAB; disparador para outros estudos sobre políticas culturais; rastreio e mapeamento da cadeia produtiva da cultura; importante base de dados para a compreensão da Lei Aldir Blanc e análise dos não respondentes.

Como ameaças foram identificadas: a possível descontinuidade do banco de dados (em virtude de troca de gestão, extravio da plataforma em que a base estará hospedada, etc); a possível descontinuidade das atividades do Observatório Cultural gerenciado pela UFFS após o término da Conferência; falta de visibilidade e comunicação sobre a importância dessa ferramenta na gestão da Lei Aldir Blanc; os dados do Mapa LAB não serem disponibilizados para consulta pública; sobrecarga de tarefas para os técnicos da cultura e concorrência com os prazos de elaboração de plano de ação e editais da Lei para recebimento dos recursos; concomitância com o período eleitoral durante o processo de coleta de respostas com os dirigentes municipais e prefeitos.

6 - Quanto à articulação dos agentes do Sistema Estadual de Cultura e construção de indicadores culturais:

Acredita-se que uma boa forma de garantir a participação dos colegiados e demais instâncias representativas da comunidade cultural na execução da Lei Aldir Blanc seja a continuidade das ações de mapeamento, busca ativa e desdobramentos desses dados em nível setorial. Nesse sentido, sugere-se a elaboração de questionários que sejam desdobrados a partir das informações obtidas pelo Mapa Lab RS, através do levantamentos de dados e produção de cartografias específicas dos diferentes segmentos culturais no RS, a exemplo do Mapeamento da Dança no RS. Esta será uma forma de verificar como os setores estão organizados e distribuídos nas diferentes regiões do RS, buscando analisar se há instâncias representativas e democráticas em cada localidade, como conselhos municipais, colegiados, fóruns e outros tipos de coletivos que discutam e acompanhem as políticas públicas de cultura. Além disso, possibilitará acesso aos contatos de cada conselho/colegiado nos municípios, permitindo a ampliação das redes, formação de mailings setoriais para comunicação dirigida, viabilização de políticas setoriais mais efetivas (planos setoriais, sistemas de indicadores setoriais, mecanismos de fomento e incentivo setoriais).

Considera-se que a Sedac RS poderia ter se organizado de forma mais funcional, criando equipes técnicas para orientar os gestores de tantos municípios. Depois da primeira comunicação e alerta sobre a Lei, sobre a chegada dos recursos, muitas dúvidas surgiram e o modo de saná-las foi disperso. A falta de empenho dos gestores dos municípios para responder ao Mapa Lab RS em função de inúmeras questões, mostra que ainda não compreenderam a importância da construção dos indicadores. Esse cenário ressalta que, mesmo com a possibilidade de repasse de recursos, há desvalorização do trabalho e da economia nos setores da arte e da cultura.

Constata-se que o Conselho Estadual de Cultura esteve afastado dos demais, no entanto os Colegiados puderam se conhecer melhor, apesar da falta de sistematização de espaços para isso.

Na avaliação dos representantes da Sedac, esse foi o momento, no Rio Grande do Sul, de maior articulação entre os agentes da cultura e de maior adesão dos gestores. O número de solicitações de informações que chegam para a Secretaria da Cultura do Estado nunca foi tão grande. A fragilidade disso é que exatamente nesse momento há mudança de gestão nos municípios e o trabalho de articulação com os novos gestores deverá ser retomado desde o início.

7 - Quanto às expectativas projetadas x resultados alcançados:

As expectativas diziam respeito à sistematização para execução da lei Aldir Blanc, temática única da Conferência, as quais não foram plenamente alcançadas. Houve desgaste desnecessário dos agentes participantes e o processo de interpretação da Lei teve muitas divergências. De modo geral, o objetivo da execução foi cumprido através da Sedac RS, em conjunto com uma instância recomendativa, que tinha participação da sociedade civil através da representação dos colegiados (comissão), somada a outros GTs também consultivos (mapeamento, fomento, subsídio e renda), que resultou em diretrizes para execução da lei pela Sedac RS. Visto dessa forma, o objetivo foi cumprido, porém além dessas duas instâncias, a participação da sociedade civil foi apenas como ouvinte das webconferências, sem participação direta e efetiva, visto que as decisões finais não foram resultado de votação por voto universal ou delegado, e sim decisões da Secretaria tendo como base informações oriundas destas instâncias. Apesar da frustração com o caráter pouco deliberativo da Conferência, houve possibilidade de alcançar a sociedade nos esclarecimentos sobre a Lei Aldir Blanc e subsidiar à Sedac na execução da lei ainda segue em processo.

Por outro lado, do ponto de vista econômico, há que se mensurar em que medida se conseguiu atender emergencialmente os artistas que mais necessitavam dos recursos. Ao longo da conferência, e mesmo em debates anteriores a ela, discutiu-se o fato de que a grande maioria das pessoas teria dificuldade de ser amparada pelo inciso I, em função das restrições da lei como, por exemplo, aquela que determina o ano de 2018 como o referente para definir a renda do agente da cultura. Assim, era de conhecimento dos gestores que o inciso III também teria que garantir o repasse de manutenção desses trabalhadores e trabalhadoras em vulnerabilidade desde o início da pandemia. Nesse sentido, considera-se um grande problema o formato dos editais do estado, que não levaram em conta esse dado e que, assim, se desviaram da ideia de uma lei de repasse de recursos emergenciais, para garantir a salvaguarda da cultura e das pessoas trabalhadoras nesse momento de extrema carência e inviabilidade de manter suas atividades econômicas no setor cultural.

Na avaliação dos representantes da Sedac, a expectativa era garantir o repasse do valor total dos recursos da Lei Aldir Blanc no estado e municípios gaúchos. Para isso, mesmo sem o devido caráter deliberativo da conferência, buscou-se ter o maior número de representações, olhares e vozes para organizar a destinação desse dinheiro público.

Havia a expectativa de que a participação de todas as instâncias fortaleceria o diálogo e a chegada das informações a todos os gestores municipais, pois era perceptí- vel a falta de interesse em diversos municípios, principalmente devido às dúvidas relacionadas à prestação de contas, por tratar-se de um ano eleitoral. No caso do Estado, a Secretaria da Cultura investiu numa perspectiva que não propõem um atendimento imediato, mas uma postura que amplia a aplicação de recursos ao longo do tempo, em médio prazo. Foi essa postura que determinou os modelos dos editais lançados pelo Estado, voltados à produção de atividades culturais em formatos permitidos durante a pandemia.

Além disso, os representantes da Sedac avaliam que as ações dessa Conferência e das mobilizações paralelas, as operações para o repasse da verba, o conjunto dos cadastros e inscrições em editais mudaram a história de governamento e de construção de política cultural no Estado, uma vez que teremos um mapeamento. Há um sistema no qual não se sabe onde e como se distribuem as ações e trabalhadores de cultura no Estado - onde estão as fragilidades, os pontos fortes. Espera-se que o resultado de todo esse trabalho produza dados para a construção de um sistema que possa ampliar as ações de políticas culturais para todo o estado. Nesse sentido, ainda há o perigo de que não se entenda a importância desse sistema, que não pode se transformar em um depósito de dados, já que o sistema precisa ser um mecanismo de projeção para as políticas do estado.

8 - Sugestões de melhorias para a próxima conferência de 2021:

Sugere-se que seja realizada uma próxima conferência em formato híbrido, de forma a possibilitar encontros presenciais e, ao mesmo tempo, manter as transmissões das atividades pela internet. Não deverá abrir mão de recursos de comunicação que possibilitem um maior alcance de públicos que não podem acessar de forma presencial.

É fundamental, como preparação para a conferência, uma análise detalhada, realizada por equipe de pesquisadores, que estabeleça indicadores a partir dos cadastros e inscrições nos editais do estado e dos municípios. Também é oportuno investir no mapeamento dos setores culturais e consolidar melhor o Sistema Estadual de Cultura, de modo a oportunizar que os resultados finais sejam votados nas devidas instâncias representativas dos agentes (sociedade civil, poder público municipal e poder público estadual), cabendo à Sedac respeitar as deliberações.

No que se refere a questão dos mecanismos de fomento, entende-se que é fundamental desburocratizar o processo ao máximo, sobretudo quando se trata de entraves para fazer o dinheiro chegar na ponta, considerando a complexidade dos formulários a serem preenchidos pelos candidatos aos recursos e o excesso de leis e regras que cada um precisava conhecer. Caso contrário, o dinheiro ficará sempre concentrado nos mesmos agentes/proponentes. Também faz-se necessário realizar reuniões de esclarecimento e oficinas de projetos com a comunidade cultural de todas estas regiões funcionais.

Na avaliação da Sedac, o formato híbrido deverá articular debates presenciais com virtuais, com mais estrutura e recursos. Fazer um trabalho de agregar todas as pessoas que se envolveram nessa conferência e também ouvir quem ainda não conseguiu ser ouvido. Será possível olhar para os resultados da Lei Aldir Blanc e entender quem nós somos, além de criar estratégias (um sistema de formação) para garantir a apropriação, pelo conjunto dos agentes da cadeia produtiva da cultura, de seus direitos, seus deveres. Projeta-se a reforma do Plano Estadual de Cultura e o estabelecimento de metas como pauta desta próxima Conferência em 2021.

9 - Sugestões de melhorias para o processo avaliativo de novos editais e mecanismos de fomento por parte da Sedac:

Sugere-se a divisão do processo em duas etapas: habilitação documental realizada por técnicos servidores da Sedac e seleção/avaliação de mérito realizada por pareceristas técnicos externos e contratados para esse serviço. Avalia-se que, mesmo com os prazos curtos da Lei Aldir Blanc para o repasse dos recursos, o tempo seria otimizado e os problemas minimizados através do filtro prévio dos documentos e revisão do cumprimento das regras do edital, funções a serem desempenhadas por equipe técnica especializada da Sedac RS, possibilitando aos proponentes que apresentassem recursos para essa fase primeiramente.

Quanto à fase de seleção, poderia ter sido realizada de forma mais ágil e focada na avaliação de mérito dos projetos, em relação aos critérios estabelecidos nos editais, sem que coubesse aos avaliadores externos, de forma subjetiva, julgar os enquadramentos dos projetos para hablitação/inabilitação. Como ocorre em outras comissões do FAC RS, por exemplo, também teria sido de suma importância que todos os avaliadores se reunissem para avaliar o quadro geral de notas, percebendo as discrepâncias entre as avaliações, as repetições de projetos por proponente e/ou beneficiando os mesmos espaços/instituições e, assim, pudessem compor o resultado final de forma mais equânime e justa, considerando que os recursos eram limitados e atendem uma realidade emergencial no setor cultural.

Feita a fase de seleção, faz-se necessária a divulgação pública dos projetos habilitados e classificados, com seus respectivos proponentes, cidades de origem e valores contemplados, a fim de que se possa mensurar a abrangência e equidade na distribuição dos recursos, sobretudo no sentido da não concentração dos valores nos mesmos proponentes ou instituições afins, profissionais que se repetem nas fichas técnicas, bem como em determinados setores culturais. Essas informações também serviriam para que se pudesse mensurar a quantia de projetos inscritos de proponentes do interior do RS em relação à de proponentes da capital, de forma que seja possível considerar essa equivalência para a divisão dos recursos disponíveis, em relação à demanda x oferta.

Sugere-se também a revisão de alguns critérios dos editais, especialmente no que tange aos regramentos que resultam em inabilitação e desclassificação dos projetos. Neste sentido, caberia maior clareza e especificidade no texto quanto ao limite de rubricas consideradas como serviços de gerenciamento (limite de 10%), evitando assim más interpretações e erros de planejamento por parte dos proponentes, bem como tornaria o processo de avaliação mais

transparente e objetivo para as comissões de seleção. Bons projetos podem ter sido prejudicados nas avaliações por falta de entendimento sobre este item, uma vez que os editais não especificaram quais serviços e despesas seriam consideradas como gerenciamento (ex: custos administrativos, assessoria jurídica, assessoria contábil, assessoria de comunicação, assessoria de planejamento, taxas bancárias, impostos, etc);

Por fim, sugere-se que, para a avaliação de futuros editais em 2021, seja realizado previamente pela Sedac RS um edital de credenciamento de pareceristas técnicos, que exija formação e experiência comprovada na avaliação de projetos culturais, especialmente em suas áreas de atuação e linguagens artísticas. Esses profissionais atuariam conforme a demanda de cada edital, sendo remunerados pela quantia de pareceres emitidos, de forma a profissionalizar essa importante atividade da cadeia produtiva da cultura e tornando o processo de avaliação cada vez mais profissional, ético e transparente. Deste modo também seria evitado que artistas e produtores tivessem que optar entre atuar como proponentes nos editais ou fazer parte das comissões julgadoras, criando muitas vezes problemas de ordem ética relacionados aos conflitos de interesses entre agentes da cadeia produtiva da cultura. Para tanto, pode ser oportuna a oferta de curso de formação para pareceristas técnicos, possibilitando que esses recursos humanos sejam capacitados e orientados de acordo com as exigências dos mecanismos de fomento e incentivo próprios do Pró-Cultura RS.

Rio Grande do Sul, 15 de dezembro de 2020.

Grupo de Trabalho Mapeamento

Produziram esse relatório:

Álvaro Fraga Moreira Benevenuto Jr.
Cristiano Max Pereira Pinheiro
Dirce Maria Orth
Duclerc João da Silva
Gabriela Gonçalves da Rosa Ferreira
Léo Francisco Ribeiro de Souza
Lisete Bertotto Correa
Marcela Alvares Maciel
Maria Fonseca Falkembach
Neila Baldi
Simone Luz Ferreira Constante